

# Reativar seletivamente a economia, e logo

A crise industrial é indissociável. Ninguém mais pode iludir-se com afirmações ocas de que nossa indústria passa por uma "crise setorial" ou sofre o efeito de "problemas localizados". Levantamento feito pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) — não contestado por órgãos oficiais — indica que o nível de atividade da indústria de transformação paulista, que responde por 47,2% da renda interna do setor em todo o País, caiu 4,9% no primeiro semestre deste ano, em comparação com o mesmo período do ano anterior. A persistir esse ritmo de desaceleração, a redução atingirá 8,6% ao fim de 1981, correspondendo a um decréscimo de 11,5% nas vendas reais.

As consequências sociais estão à vista de todos. Calcula-se que, desde outubro do ano passado, 200 mil a 220 mil empregos deixaram de existir na indústria paulista. Apenas no mês de julho, 30 mil trabalhadores foram despedidos, aos quais se vem juntar nova leva de milhares em agosto. Não têm sido poucos os industriais que admitem, sem rebuços, que, a

continuar esse estado de coisas, não terão outro remédio senão cortar ainda mais as folhas de pagamento.

Não há dúvida, portanto, de que é chegado o momento de reativar a economia, dando força aos setores capazes de absorver maior quantidade de mão-de-obra e que, ao mesmo tempo, não pressionem o nível de importações, como compreendeu a Secretaria do Planejamento da Presidência (Seplan). Estudos já foram determinados para relançar a economia ainda neste segundo semestre, de acordo com aqueles critérios.

A propósito, o noticiário sobre o assunto tem-se prestado a mal-entendidos, inclusive dentro do governo, que convém desde logo esclarecer. Alguns ministros e altos funcionários ligados à área econômica têm afirmado que o "governo não cogita por enquanto de mudar a política econômica", o que tem sido geralmente interpretado como um desmentido ao propósito de reativar seletivamente a economia. Ora, não se fala em modificar a política econômica, que continuará norteadas

para o combate à inflação e correção dos desequilíbrios do balanço de pagamentos. Trata-se apenas de adaptá-la às imposições da conjuntura.

Com efeito, consideramos muito pouco provável que, conforme se informou a princípio, o governo opte pela redução do IPI e parcelamento de seu pagamento, como forma de incentivar determinados setores industriais. As alíquotas do IPI já são relativamente baixas, e a arrecadação desse tributo vem sofrendo os reflexos da desaceleração industrial, apresentando queda em termos reais. Essa seria, pois, uma alternativa inconveniente para o governo, interessado em diminuir os subsídios que permeiam a economia nacional, e também para os empresários, que se exporiam a novas insinuações de favorecimento por parte do Tesouro.

Além do mais, isso seria desnecessário para estimular a economia na direção desejada. Os instrumentos mais eficazes estão aí ao alcance do governo: crédito mais folgado e/ou aumento dos investimentos públicos em obras de infra-estrutura, notadamente na

área de transportes e desenvolvimento urbano. Essa última alternativa é a mais atrativa, pois permitiria reforçar a demanda de produtos básicos, favorecendo os chamados setores tradicionais, como o têxtil, o de vestuário e o de alimentação, que também utilizam intensivamente o fator trabalho.

As consequências inflacionárias não seriam substanciais, se lembrarmos que os investimentos públicos em 1981 foram orçados com base em uma inflação hipotética de 62%. O que se defende é elevar tais investimentos nos setores selecionados a um nível compatível com o crescimento do Índice Geral de Preços nos últimos 12 meses. Os riscos de acréscimo nas importações são nulos, pois o governo poderia simplesmente cortar os recursos para empreendimentos que exijam aquisições fora do País.

O importante é que o governo vença logo as vacilações. Se existe consenso quanto à necessidade de reativar a economia, seja através de investimentos públicos, da política fiscal ou da política monetária, que o governo o faça sem perda de mais tempo.